

[EN] Letter from Civil Society to UK Government asking for ambitious law on ending deforestation and conversion

To: Dr Thérèse Coffey, Secretary of State for Environment, Food and Rural Affairs

cc Lord Benyon, Minister for Biosecurity, Marine and Rural Affairs, DEFRA

cc Lord Goldsmith, Minister of State, Overseas Territories, Commonwealth, Energy, Climate and Environment, FCDO

Dear Dr Coffey,

Nature is declining at rates unprecedented in human history, with one million species now threatened with extinction. Decisions made at COP15 must meet the scale of the nature crisis - and the UK needs to play its part. As representatives of international civil society organisations, we are writing to ask that you demonstrate the UK's continued ambition and leadership on ending deforestation and habitat destruction in commodity supply chains by implementing and strengthening the due diligence obligations set out in the Environment Act 2021, and by working together with important new partners in Brazil and other countries in the Amazon region.

The due diligence obligation on forest-risk commodities in the UK's Environment Act 2021 was very welcome. However, we are concerned at ongoing delays to the publication of critical secondary legislation and urge you to lay the regulations as soon as possible. The UK Government must ensure that its due diligence regulation is genuinely world-leading, by covering a wide variety of products - not just soy and palm oil but also beef, coffee and rubber - , by expanding due diligence to cover all deforestation and conversion, not just in natural habitats that have been illegally destroyed and by including the financial sector. Secondary legislation could further strengthen the Act by bringing as many companies into scope as possible, not relying on certification for evidence of due diligence, including other wooded lands such as the Cerrado savannah and, also, protections for human rights and Indigenous peoples, such as the right to free, prior and informed consent.

In doing this, the UK would be able to go beyond the high standards established by the European Union in the deforestation law agreed on 5 December. The EU legislation is not perfect, but it marks a positive step in preventing deforestation in EU supply chains, significantly reducing the EU's global environmental footprint and ensuring strong market signals for high environmental standards in trade, whilst facilitating compliance by global businesses. It is essential that the UK government implements world-leading legislation that will level the playing field and set the enabling conditions for UK businesses to meet their commitments and stay competitive as they implement the new EU regulations into their operations.

The incoming Brazilian government is, as you know, much more amenable to action on deforestation and conversion than its predecessor. Action taken by the UK both domestically and internationally can now be supported by and coordinated with the Brazilian government. President-Elect Lula is also keen to coordinate his government's efforts to address deforestation with action by the governments of the Democratic Republic of the Congo and

Indonesia, creating an international coalition which would greatly benefit from UK Government support both during and after CBD COP15. Moreover, the ongoing UK plans to establish a formal partnership with the Brazilian government can maximise the impact and scale of the forest and land use agenda in the existing partnerships that the UK has already established in Colombia, Peru, Ecuador and Bolivia. This regional coordination from Amazon governments can serve as a leading example.

Thank you for taking the time to consider our recommendations in this letter.

Yours sincerely,

International organizations of Civil Society

[PT] Carta da Sociedade Civil para o Governo Britânico pedindo para uma lei ambiciosa para o fim do desmatamento

Para: Dra. Thérèse Coffey, Secretária de Estado do Meio Ambiente, Alimentação e Assuntos Rurais

cc Lord Benyon, Ministro da Biosegurança, Marinha e Assuntos Rurais, DEFRA

cc Lord Goldsmith, Ministro de Estado para Territórios Ultramarinos, Commonwealth, Energia, Clima e Meio Ambiente, FCDO

Prezada Dra. Coffey,

A natureza está sendo devastada em um ritmo sem precedentes na história da humanidade, com um milhão de espécies ameaçadas de extinção, atualmente. As decisões tomadas na COP15 devem estar à altura do enfrentamento da crise da natureza - e o Reino Unido precisa fazer sua parte. Como representantes de organizações internacionais da sociedade civil, estamos pedindo que demonstre a continuidade da ambição e liderança do Reino Unido em eliminar o desmatamento e a destruição dos habitats naturais causados pelas cadeias do agronegócio, implementando e reforçando as obrigações de devida diligência estabelecidas no Environment Act 2021, e trabalhando em conjunto com novos parceiros importantes no Brasil e em outros países da região amazônica.

A obrigação de devida diligência sobre produtos associados ao desmatamento no Environment Act 2021 do Reino Unido foi muito bem-vinda. No entanto, estamos preocupados com os contínuos atrasos na publicação de importantes regulamentações (legislação secundária). O Governo do Reino Unido deve assegurar que a sua regulamentação de devida diligência seja realmente uma referência mundial, cobrindo uma grande variedade de produtos - não apenas soja e óleo de palma, mas também carne bovina, café, borracha etc. -, expandindo as devidas diligências para cobrir todas as áreas desmatadas, em florestas e em outros ecossistemas naturais, não apenas em habitats naturais que tenham sido ilegalmente destruídos e incluindo devida diligência para sector financeiro para garantir que as atividades financiadas pelas suas instituições não contribuam para a perda de cobertura da vegetação natural e biodiversidade.

A legislação secundária poderia reforçar ainda mais o Environment Act ao incluir o maior número possível de empresas no seu escopo, não contar com a certificação como prova de devida diligência e ao incluir outros ecossistemas arborizados (other wooded land), tais como as savanas do Cerrado e, também, garantir os direitos humanos e dos povos indígenas incluindo o Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI).

Ao fazer isso, o Reino Unido poderia ir além dos elevados padrões estabelecidos pela União Europeia, na lei contra o desmatamento acordada no dia 5 de Dezembro de 2022. A lei da UE não é perfeita, mas representa um passo decisivo na prevenção do desmatamento nas cadeias de fornecimento da UE, contribuindo significativamente para a redução da pegada ambiental da EU, e enviando um sinal forte para o mercado elevar os seus padrões de sustentabilidade no comércio mundial, enquanto facilita o seu cumprimento por parte das empresas globais. É essencial que o governo do Reino Unido implemente uma legislação que nivele as regras de concorrência, em nível mundial, e estabeleça condições para que as empresas que atuam no mercado britânico cumpram os seus compromissos e se mantenham competitivas à medida que implementam as novas regras da UE nas suas operações.

O próximo governo brasileiro será, como informado pelo presidente eleito, mais receptivo a agir contra o desmatamento do que o seu predecessor. Assim, espera-se que as ações tomadas pelo Reino Unido, tanto em nível doméstico como internacional, sejam apoiadas e coordenadas com o próximo governo brasileiro. O presidente eleito também demonstrou interesse em coordenar os esforços do seu governo para combater o desmatamento em parceria com os governos da República Democrática do Congo e da Indonésia, criando uma coligação internacional que se beneficiaria grandemente do apoio do governo britânico, tanto durante, como principalmente após a COP 15 da CDB. O plano atual do Reino Unido em estabelecer uma parceria formal com o governo brasileiro pode maximizar o impacto e a escala da agenda de florestas e uso da terra nas parcerias já estabelecidas entre o Reino Unido e a Colômbia, Peru, Equador e Bolívia. Esta coordenação regional dos governos da Amazônia pode se tornar um exemplo de liderança.

Obrigado pelo seu tempo e por considerar as nossas recomendações.

Os nossos sinceros agradecimentos,

As organizações internacionais da Sociedade Civil

Signatories

1. A Vida no Cerrado - AVINC
2. Agência 10envolvimento
3. AidEnvironment
4. Amazon Rebellion
5. Associação Alternativa Terrazul
6. Associação Amigos das Florestas - AAF
7. Associação Amigos do Parque Nacional Chapada dos Veadeiros - AVE

8. Associação Casa dos Saberes
9. Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais - AATR
10. Associação de Pesquisa e Preservação de Ecossistemas Aquáticos - Aquasis
11. Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida - APREMAVI
12. Associação de RPPNs e outras Reservas Privadas de Minas Gerais
13. Associação dos Proprietários de RPPNs do Rio de Janeiro
14. Associação Ecológica Alto Paraíso - AEAP
15. Associação Macaé de Cima
16. Associação Onça d'Água
17. Associação para a Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro
18. Associação Soluções Inclusivas Sustentáveis
19. Associação Wyty-Catë
20. Be The Earth Foundation
21. Brazilian National Institute for Research of the Amazon - INPA
22. Brazilian Network for Research and Management in Territorial Development - RETE
23. Brigada Voluntária Ambiental de Cavalcante - Brivac
24. BVRio
25. Catholic Agency for Overseas Development - CAFOD
26. Cena Criativa
27. Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas
28. Centro de Coleções Taxonômicas, Universidade Federal de Minas Gerais - CCT UFMG
29. Centro de Trabalho Indigenista - CTI
30. ClientEarth
31. Coalizão Ciência e Sociedade
32. Comissão Pró Índio do Acre - CPI-Acre
33. Confederação Nacional de Reservas Particular do Patrimônio Natural
34. Corporate Justice Coalition UK
35. Earthsight
36. Friends of the Earth (England, Wales & Northern Ireland)
37. Fundação Mais Cerrado
38. Global Canopy

39. Global Witness
40. Instituto Cerrados
41. Instituto Climainfo
42. Instituto de Desenvolvimento Econonômico e Socioambiental - IDESA
43. Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola - IMAFLORA
44. Instituto De Pesquisa e Formação Indígena - IEPÉ
45. Instituto Mãos da Terra
46. Instituto Multidisciplinario de Biología Vegetal, Universidad Nacional de Córdoba
47. Instituto Pouso Alto
48. Instituto Sociedade, População e Natureza - ISPN
49. Instituto Sul-Mineiro de Estudos e Conservação da Natureza
50. London Mining Network
51. Mater Natura, Instituto De Estudos Ambientais
52. Matopiba Socio-Environmental Conflict Observatory
53. Mighty Earth
54. Núcleo Gestor da Cadeia Produtivo do Pequi e Outros Frutos do Cerrado
55. Plataforma CIPÓ
56. Projeto Saúde e Alegria
57. Rainforest Foundation Norway - RFN
58. RE-Alliance
59. Rede Cerrado
60. Rede de Cooperação Amazônica - RCA
61. Rede GTA
62. Rede Pantanal de Pesquisa, Universidade Federal de Minas Gerais
63. Rede Pouso Alto Agroecologia
64. Reserva Particular do Patrimônio Natural, Reserva Agulhas Negras
65. Reserva Particular do Patrimônio Natural, Reserva Ecológica Rio Bonito de Lumiar
66. RPMM global
67. Size of Wales
68. Sociedade Brasileira de Herpetologia - SBH
69. Uma Gota no Oceano

70. WWF-Brasil

71. WWF-UK